

## APRESENTAÇÃO

A onomástica, ciência que estuda os nomes próprios, nunca mereceu um estudo aprofundado em nenhuma das correntes teóricas desenvolvidas por estudiosos das línguas, de modo que o interesse por nomes próprios, do ponto de vista teórico, sempre foi relegado a um segundo plano pelos linguistas. Segundo Van Langendonk:

Os linguistas teóricos costumam tratar nomes próprios como o primo pobre de outras categorias gramaticais. Isso mudou recentemente, como refletido na declaração de Gary-Prieur (1994: 247): "os nomes próprios possuem pleno direito de uma análise linguística" ou seja, nomes próprios com razão merecem uma análise linguística (compare Harweg 1983; 1997; 1998). (VAN LANGENDONK, 2005, p.3, tradução nossa)<sup>1</sup>

Em grande medida, o desprestígio dos estudos dos nomes próprios está relacionado ao fato de que essa categoria sempre pareceu demandar todo um arcabouço teórico específico destacado da teoria dos nomes comuns. Carvalhinhos (2001, p. 302) afirma que "para dissertar sobre como se aplica a teoria dos signos na onomástica, é preciso discorrer um pouco sobre o próprio objeto de estudo e suas especificidades". É evidente que lexicologia tradicional delimitou um campo de estudos designado como onomástica por que compreendeu que havia um objeto observacional diferenciado. A nosso ver, isso se deve, em grande medida, às complexas relações dos nomes próprios com a semântica, uma vez que, pelo viés da semântica tradicional, se permitiu defender que o léxico onomástico se diferencia do léxico comum, por serem, aqueles, opacos de significado ou de um conceito (cf. MILL, 1973; ULLMANN, 1987).

Abordagens de nomes próprios de cunho teórico, em grande medida, se centram nos aspectos que diferenciam nomes comuns e próprios, sem deixar entrever as suas similaridades.

---

<sup>1</sup> "Theoretical linguists have often treated proper names as the poor cousin of other grammatical categories.2 This has changed recently, as reflected in Gary-Prieur's (1994: 247) statement: "le nom propre releve de plein droit d'une analyse linguistique", i.e. proper names rightly deserve a linguistic analysis (compare Harweg 1983; 1997; 1998)."

Isso é particularmente complexo se desejamos observar a questão dos nomes próprios a partir de uma perspectiva teórica embasada na linguística cognitiva (LC), uma vez que muitos de seus pressupostos basilares (pareamento entre forma e significado<sup>2</sup>, iconicidade/motivação, contínuos entre categorias linguísticas, redes esquemáticas que organizam o léxico, esquemas e instanciações, prototipicidade, entre outros) acabam por referendar uma maior necessidade de estudo do comportamento de nomes comuns e próprios considerando o uso como ponto de partida para observação do fenômeno, bem como as evidências trazidas por estudos no âmbito das ciências neurais.

Torna-se ainda mais complexo se consideramos que nomes próprios fazem parte do sistema de linguagens naturais. “É bastante aceita entre linguistas e antropólogos (HOCKETT, 1958; BROWN, 1991) a tese de que os nomes próprios são uma categoria linguística universal” (VAN LANGENDONK, 2007, p. 3). Não é, portanto, uma coincidência que pesquisas feitas por neurocientistas, neurolinguistas e neuropsicólogos tenham se voltado para a investigação do funcionamento dos nomes próprios, como veremos mais adiante.

A fim de discutir alguns aspectos da teoria dos nomes próprios postulados pela onomástica tradicional e de refletir acerca de algumas de suas proposições à luz das ciências cognitivas, vamos dividir esse estudo em duas seções: a primeira, voltada para a questão da natureza do nome próprio, especificamente dos antropônimos, inflectindo sobre a reflexão de aspectos relacionados à categorização dos nomes próprios com base em aspectos pragmáticos e evidências neurolinguísticas, e a segunda, voltada para a proximidade que há entre os processos genolexicais aplicados ao léxico comum e próprio, buscando respostas acerca do papel dos esquemas construcionais na organização hierárquica e esquemática do léxico.

## **1 Antropônimos, categorizações e cognição**

Desde a antiguidade, o debate acerca dos nomes próprios se vê centrado sobre a questão da referência, especialmente, se aos nomes próprios podem ser atribuídos

---

<sup>2</sup> Quando se trata do pareamento/unificação entre a face formal e a face semântica das construções linguísticas, podemos notar que o uso do termo *significado*, nos estudos cognitivistas, varia bastante, às vezes ele é usado ao lado de função (pareamento entre forma e significado/função), por vezes é usado apenas o termo *significado* (pareamento entre forma e significado), sendo este entendido como representativo de qualquer tipo de valor linguístico (seja de caráter lexical, gramatical ou mesmo pragmático – por exemplo, quando um *não* é usado ironicamente e passa a assumir o sentido exatamente o oposto, *sim*). Aqui adotaremos essa segunda postura.

qualquer significado ou sentido e, em caso afirmativo, que tipos de significados estariam envolvidos.

Por outro lado, ao apresentarem a classe dos substantivos, os estudos tradicionais de gramática e, portanto também o ensino dessa nas escolas, são bem enfáticos acerca da subdivisão entre nomes comuns e nomes próprios, sem, contudo, se aprofundarem nos aspectos linguísticos em que baseiam tal proposta de dicotomização. E, muito embora não seja investido interesse na distinção entre substantivos próprios e comuns no ensino tradicional, qualquer falante de língua portuguesa está ciente de certas diferenças entre os dois tipos de nomes.

Estas diferenças foram tratadas teoricamente por filósofos da linguagem, por estudiosos da onomástica e por linguistas de várias maneiras e em diferentes perspectivas teóricas, principalmente, como dito anteriormente, centrando-se na discussão acerca do aspecto semântico, sendo generalizada a compreensão de que nomes comuns são portadores de conteúdo semântico de natureza lexical e portanto capazes de comportar uma denotação, essa, entendida por Lyons como “a relação que existe entre esse lexema e pessoas, coisas, lugares, propriedades, processos e atividades externas ao sistema de linguagem.” (LYONS, 1977, p. 158), e entendida por Mattoso Câmara Jr. (1997, p.77) como a significação externa, relacionada ao mundo biopsicossocial; enquanto, por sua vez, os nomes próprios seriam termos opacizados semanticamente.

Mais recentemente, com base nas teorias cognitivistas, o debate tem sido revisitado, a fim de acrescentar à categorização dos nomes, além dos aspectos morfossintáticos usualmente tratados, as propriedades semânticas e, sobretudo, pragmáticas das categorias nominais. Na LC, essa busca por diferenças tangíveis e definitivas entre os elementos que compõem a classe dos nomes tem levado à proposição de diferenças graduais, entendendo a classe dos substantivos como aquela que pode incluir desde os membros mais prototípicos até elementos mais periféricos. Saber qual a posição dos nomes próprios nesse espectro gradiente é a tarefa que se coloca aos cognitivistas.

Qualquer teoria linguística baseada no uso não pode partir do pressuposto de que as categorias gramaticais sejam definidas de forma estanque, sem flexibilidade e sem contiguidade. A fluidez categorial demonstrada pelos elementos linguísticos, manifestada no uso, torna premente uma análise linguística que busque integrar diferentes aspectos do funcionamento das entidades linguísticas para a definição das

chamadas classes gramaticais, abandonando a ideia, confortável, mas certamente errônea, de que existem fronteiras rígidas entre classes de palavras presentes nas línguas naturais.

Tem-se afirmado, ao longo da história dos estudos linguísticos que nomes próprios são substantivos (ou frases nominais, se consideramos algumas instâncias mais elaboradas de nomes próprios). Por sua vez, a classe dos substantivos – que, em tempos um pouco mais antigos, era conhecida como classe dos nomes, incorporando também os adjetivos, pode ser entendida, pelo ponto de vista do funcionamento morfossintático, como sendo composta de três conjuntos de substantivos: 1) o conjunto dos substantivos comuns, 2) o conjunto dos substantivos próprios e 3) o conjunto dos pronomes substantivos.

Perini, em sua *Gramática descritiva do português* (1999), propôs uma classificação mais flexível da classe dos substantivos, sobretudo considerando sua relação de fronteira com a classe dos adjetivos. Longe de ser uma proposta definitiva e pacificamente aceita, o fato é que, nesse estudo, encontramos um ensaio para uma compreensão gradiente das categorias gramaticais. Perini define que, segundo um conjunto de oito características morfossintáticas, seria possível estabelecer sete grupos de palavras no fluxo categorial substantivos-adjetivos. Dentre esses grupos, haveria um dedicado especificamente aos nomes próprios, cujos aspectos destacados são: 1) ser núcleo do sintagma nominal [+NSN] - *Ana é feliz*, 2) possibilidade de ocorrerem com outro termo no SN [T,SN] - *A minha Ana é feliz*, 3) poder exercer sozinho a função de complemento do predicado [+CP] - *Essa moça é Ana*, 4) não poder funcionar como modificador [-MOD] - *\*Ela é uma garota Ana*, 5) não poder ser precedidos de intensificador [-Int] - *\*Ela é bem Ana*, 6) não poder funcionar como pré-núcleo de outro nome [-PN] - *\*A Ana garota é feliz*, 7) não poder receber o sufixo -íssimo(a) [-íssimo] - *\*Aníssima*, e 8) não poder funcionar como predicativos [-Pv] - *\*Esse vestido é Ana*. Note-se, que desse conjunto de traços, segundo Perini (1999), há um único aspecto que distinguiria nomes próprios e pronomes substantivos: o fato de poderem ou não ser acompanhados de um termo dentro do SN, sendo os pronomes [-T,SN]: *\*o ele/\*esse ele/\*meu ele* e os nomes próprios [+T,SN]: *A Ana, essa Ana, minha Ana*.

Em que pese a contribuição para o avanço do estado da questão, muitas das pressuposições de Perini não se sustentam quando observamos a língua em uso. Na verdade, os critérios impeditivos, ou seja, aqueles que verificam o que o nome próprio

não pode realizar morfossintaticamente, podem todos ser questionados. Observemos os exemplos a seguir:

- (1) *Essa é uma blusa Ana.*
- (2) *Você está bem Ana hoje.*
- (3) *Maria é Ana toda.*
- (4) *Marianíssima, que bom te ver!*
- (5) *Ana menina é muito mais inteligente que Ana mãe.*

Exemplos que encontramos no dia-a-dia da língua demonstram que sim, nomes próprios podem funcionar como modificadores quando objetivamos dizer que alguém se parece, tem características ou se comporta como outrem (1) e que nesses casos, obviamente, podem ser precedidos de intensificadores (2). Em (3) vemos o uso de nomes próprios como predicativos. É importante notar, que em (1) (2) e (3) há uma orientação semântica comum, no sentido de que o nome *Ana* é tomado como referência, modelo de comparação (que se parece com *Ana*, que atende ao gosto de *Ana*, que se comporta como *Ana* etc.). Já em (4) temos um exemplo muito empregado na linguagem cotidiana de comunidade de jovens e LGBTs, aí observamos ser quebrada a regra impeditiva sem maiores traumas para língua e usuários. Por fim, notamos que nomes próprios também podem funcionar como pré-núcleo de outros nomes como se vê em (5).

Ainda destacamos algumas características não abordadas por Perini, mas que também podem ser consideradas, quando da classificação dos nomes próprios. Quando observados prototipicamente, os nomes próprios são considerados como substantivos invariáveis, contáveis, específicos (não genéricos) e concretos. Novamente, o uso irá demonstrar que nomes próprios podem ser variáveis (*Anas e Marias, ocupem essa fila!*) e genéricos (*Estou farta de me deparar com esses Pedros da vida!*). Em suma, os falantes costumam, através de empregos diversos, fazer usos de nomes próprios e de nomes comuns em contextos similares, destarte, em grande medida esses critérios muito pouco produzem acerca do conhecimento do que sejam nomes próprios e de como eles se diferenciam dos comuns. O fato de esses aspectos não terem sido relevantemente tratados nos estudos linguísticos parece estar atrelada à desconsideração da dimensão pragmática das línguas e à análise dos nomes próprios apenas a partir de seu

comportamento mais prototípico (singular, contável, não genérico e concreto), ligado à denominação de entidades particulares e unitárias.

Do ponto de vista semântico, o que o substantivo prototípico *casa*, por exemplo, nomeia é um conjunto de propriedades, conjunto esse que se atualiza e se configura funcionalmente a cada uso, partindo de um sentido prototípico que oferece imensas potencialidades em termos de amplificação de significado.

Aristóteles definiu a categoria nome como “convencional” para ele, entre o “conceito, o nome e a coisa”, há sempre correspondência, mas não necessariamente congruência. O nome revela a relação conceitual, e, por meio dela, revela a “coisa”, mas entre a coisa e o nome não há relação de semelhança, e não há, pois, uma relação “natural” (NEVES, 2005). Por isso mesmo, o argumento de que os nomes não são os mesmos para todas as línguas, já era então usado.

Assim, a significação é algo resultante de uma convenção social. Em relação aos nomes próprios essa convencionalização é bem mais complexa. Podemos dizer acerca da categorização que *João* é um nome próprio de indivíduo do sexo masculino. Mas essa convencionalização só é válida no âmbito da generalidade do nome, já que cada sujeito designado *João* aciona, em particular, outra miríade de conceitos a depender do contexto pragmático em que se insere no discurso e no seu estar no mundo. Podemos dizer que o frame de *João* (um indivíduo em particular) será bem mais complexo do que o seu sentido genérico (pessoa do sexo masculino), além disso, as relações associativas disparadas por *João* em cada pessoa do discurso será necessariamente diferente, pois depende das experiências de mundo dos sujeitos.

Com o aporte teórico da LC, passamos a entender que nenhuma construção linguística é desprovida de significação (e/ou função) e que, portanto, nomes próprios poderiam ser analisados, sob essa perspectiva, como passíveis de comportar o pareamento entre forma e significado. Langacker (1991: 148) expressa a opinião de que nomes próprios incorporam uma especificação de tipo, por exemplo, o indivíduo designado por *Stan Smith* é um homem humano. Isso é mais ou menos equivalente à tese de que os nomes próprios têm apenas um significado categórico. É importante lembrar aqui que esse significado deve ser entendido como um *significado de nível básico*, ou seja, uma espécie de sentido simples adquirido cedo por crianças.

Esse novo modo de pensar os nomes próprios vai entrar em confronto direto com o que propôs Mill, ao dizer que um indivíduo é chamado *João* por uma livre escolha de seus pais que assim resolveram chamá-lo, para distingui-lo das demais

peças e que, em princípio, o indivíduo nomeado poderia receber qualquer outro nome sem prejuízo de sua própria natureza, pois o nome *João* não nos informaria nada acerca de sua natureza. Além disso, o autor não nega possíveis motivações para atribuição dos nomes próprios:

Um homem pode se chamar João porque esse era o nome de seu pai; uma vila pode se chamar Dartmouth porque está situada na embocadura do rio Dart. Não há, porém, nada na significação da palavra João que implique que o pai do indivíduo assim chamado também possuía esse nome; nem, tampouco, na palavra Dartmouth que esta vila esteja situada na desembocadura do rio Dart. Se a areia viesse a obstruir a desembocadura do rio (...), nem por isso nome da vila mudaria necessariamente. (MILL, 1973, II. p.5)

O olhar cognitivista sobre os pressupostos millianos será no sentido de confrontá-los em três aspectos centrais. Primeiro, ao atribuirmos, no Brasil, a alguém o nome *João*, ou ao dizermos que conhecemos um *João*, é muito pouco provável que alguém imagine que se trate de uma pessoa do sexo feminino, portanto, *João* possui o atributo de informar alguma coisa sobre a natureza do ser nomeado, além disso, considerando o cenário em termos mais complexos, sociológica e psicologicamente, receber outro nome qualquer, pode sim afetar a natureza do nomeado. Imagine-se, por exemplo, o caso de nomes vexatórios, como *Bucetildes*, *Cornildo*, *Restos Mortais de Catarina*, *Maria Privada de Jesus*.

Segundo, os nomes próprios estão intimamente entranhados no aspecto pragmático da linguagem, ao se referir a *João*, no discurso, o enunciador e, muito provavelmente, o(s) interlocutor(es) possuem um conjunto bastante extenso de informações sobre o indivíduo nomeado, isso porque, na cena em que se processa o discurso, ao ser enunciado *João* é ativada toda uma complexa rede de conhecimento armazenado sobre o sujeito *João*, que podemos denominar de frames. Esses frames provavelmente não serão idênticos na mente de diferentes sujeitos, no frame da mãe de *João* estará uma série de conhecimentos complexos que serão em grande medida distintos dos conhecimentos que o frame da esposa de sujeito *João* aciona.

Por fim, a questão da motivação; muitos nomes próprios, sobretudo os topônimos, estão relacionados com projeções metonímicas (como o caso de *Dartmouth*) ou metafóricas (como prenomes como *Linda*, *Brisa*, *Sol*, *Rosa* etc.). Nesses casos, embora os objetos da nomeação não sejam capazes de reproduzir objetivamente os atributos dos referentes com que se relacionam, jamais poderão se descolar absolutamente do significado destes. Trocadilhos do tipo: *apareceu Aparecida; uma*

*rosa para Rosa; eu corto árvores, o Tony, Ramos* deixam claro que os falantes são capazes de recuperar e relacionar o sentidos dos nomes comuns aos próprios, e como veremos adiante as evidências neurolinguísticas atestam essa tese.

Em suma, retomando os aspectos pragmáticos levantados anteriormente, podemos dizer que nomes próprios podem se referir a uma pessoa de gênero identificado ou não, a uma categoria de pessoas, a características próprias de uma pessoa. O significado original pode ou não ser recuperado, seja na motivação para atribuição do nome, seja em contextos específicos de uso, quando o valor semântico primitivo do nome pode ser recuperado no discurso.

Assim, nomes próprios não possuem significado léxico declarado, mas exibem significados pressuposicionais de vários tipos: categórico (nível), sentidos associativos/referenciais (introduzidos através do nome do portador ou através do nome), sentidos emotivos e significados gramaticais.

Do ponto de vista da organização hierárquica do léxico na mente humana estudos de neurocientistas tem trazido importantes contribuições para a compreensão dos nomes próprios nesse aspecto. Segundo Van Langendonk:

Evidências neuropsicológicas acerca de nomes próprios como sendo uma categoria especial têm sido oferecidas por estudos como os de Saffran, Schwartz e Marin (1976) e Saffran e Bogyo (1980). Eles mostraram que os nomes próprios são surpreendentemente bem lidos por disléxicos profundos e que são lidos muito bem no campo visual esquerdo por leitores normais. "Isso sugeria que nomes próprios, como algumas outras categorias, poderiam ser processados independentemente do sistema semântico" (Semenza e Zettin, 1988, p. 718).<sup>3</sup> (VAN LANGENDONK, 2007, p. 59, tradução nossa)

Van Langendonk (2007, p. 107- 116) apresenta casos de evidências neurolinguísticas relacionadas aos nomes próprios. O primeiro caso refere-se a um estudo realizado com um paciente de 62 anos, afásico, em face de um dano cerebral. Semenza e Zettin (1988) relatam a incapacidade desse paciente de acessar vários tipos de nomes próprios. Além disso, diferentemente da maioria dos casos em neuropsicologia, a dissociação ocorreu, no caso desse sujeito, praticamente, de um

---

<sup>3</sup> Neuropsychological evidence for proper names being a special category was offered by Saffran, Schwartz and Marin (1976) and Saffran and Bogyo (1980). They showed that proper names are read surprisingly well by deep dyslexics and that they are read very well in the left visual field by normal readers. "This suggested that proper names, like certain other categories, might be processed independently within the semantic system" (Semenza and Zettin 1988: 718).



modo tudo ou nada. O próprio paciente relatou uma queixa grave de que ele seria incapaz de recuperar nomes próprios, exceto os seus. Por sua vez, a acessibilidade de nomes comuns permaneceu totalmente intacta. Em testes de confrontação visual, o paciente nunca demonstrou qualquer dificuldade em associar a imagem de objetos a suas nomeações, porém a sua performance em nomes próprios foi completamente oposta. Quando lhe foi apresentada fotos de pessoas famosas, seu desempenho foi de 0/20, ou seja, ele não foi capaz de recuperar nenhum nome sequer.

No entanto, ele foi capaz de fornecer uma quantidade razoável de informações acerca dessas personalidades, oferecendo, em todos os casos, detalhes corretos sobre a vida das pessoas (por exemplo, *Primeiro Ministro, ele é o primeiro socialista a assumir essa posição em nosso país* ou *poeta muito famoso, considerado o pai da nossa literatura*) (SEMENZA E ZETTIN, 1988, p. 715). Neste tipo de teste, o paciente também não conseguiu recuperar nenhum topônimo. Mais uma vez ele foi capaz de fornecer uma vasta quantidade de informações sobre todos lugares apresentados nas imagens.

No teste em que lhe foi pedido para nomear a partir da definição (por exemplo, *O que é um meio de transporte com duas rodas?*, o desempenho do paciente foi novamente extremamente pobre para nomes de pessoas e nomes de lugares, mas sem falhas para outros substantivos, indicando objetos inanimados, animais, frutas e legumes, partes do corpo, cores e entidades abstratas, bem como acessava facilmente adjetivos, verbos e algumas números.

Havia um contudo em relação aos nomes próprios, caso eles fossem homônimos (ou semelhantes) a nomes comuns, o paciente apresentou significativa capacidade de recuperação, por exemplo quando lhe foi perguntado *Qual é o nome do compositor de Aida e Traviata? Seu nome nos lembra uma cor*. Ele foi capaz de acessar o nome *Verdi* (*Verdi* significa *Verde* em italiano). No entanto, em 4 dos 8 casos, ele também precisou de alguma auxílio fonético, como a indicação da primeira letra do nome, uma estratégia que não ajudou em todos os outros testes com nomes próprios (SEMENZA E ZETTIN, 1988, p. 717).

Os autores concluíram que os dados de sua pesquisa revelam que os nomes próprios se referem apenas a entidades e não fornecem qualquer descrição e carecem de qualquer ligação com redes conceituais. Eles adicionam o exemplo: *Ronald Reagan* refere-se apenas ao portador deste nome e não o faz fornecer qualquer outra informação. No entanto, algo semelhante poderia ser dito de pronomes pessoais e demonstrativos.

Porém, o paciente em questão não apresentou qualquer dificuldade com pronomes.

Os resultados neurolinguísticos de Semenza e Zettin (1988) não corroboram a tese de que nomes próprios possuem um significado categórico (por exemplo: pessoa do sexo masculino, acidente geográfico, cidade, país etc.). Por outro lado, os dados proporcionam a alegação de que nomes próprios podem exibir algumas associações semânticas em relação ao referente (por exemplo: *poetisa muito famosa*) ou associações com a forma fonética (por exemplo: *Verdi*).

O segundo caso, um estudo empreendido por Bayer (1991), revela, contudo, que nem todos os afásicos que têm dificuldades com nomes próprios reagem da mesma maneira, aparentemente porque a natureza do distúrbio pode variar.

Os dados apresentados pelo autor provêm de um paciente alemão que sofre de dislexia profunda. O termo *dislexia* refere-se à dificuldade de leitura sem que o paciente apresente qualquer outra limitação ou alteração das capacidades cognitivas. Por sua vez, a *dislexia profunda* ou *fonológica* caracteriza-se pela ocorrência dos chamados erros semânticos, por exemplo, a pessoa lê *carro* em lugar de *roda*. Isso significa que o paciente pode ler textos escritos através de uma rota exclusivamente semântica e não por meio de uma transmissão de grafemas ao fonema. As conseqüências dessa patologia estão entre outras coisas que (a) regularmente, paralexias são usadas, (b) embora, graficamente plausíveis, palavras sem sentido não podem ser lidas, e (c) palavras com um significado abstrato e palavras ou morfemas gramaticais são identificadas com muito maior dificuldade do que palavras com um significado concreto.

A paralexia semântica ocorre quando o sujeito, ao invés de ler a palavra escrita, produz uma palavra diferente, mas com um significado relacionado com a que está grafada. Nesse tipo de distúrbio, os substantivos comuns dão origem a paralexias como: diante da palavra escrita *filha*, é possível que o paciente leia a palavra *irmã*, ao ver grafada a palavra *martelo* o paciente reconhece/lê *machado*, *solo* pode ser lido como *terra*, *aço* como *ferro*. Isso significa que o paciente analisa a palavra visualmente e, após esse estágio de processamento, acessa diretamente seu repertório semântico.

No caso de nomes próprios o que acontece, em princípio, é que o paciente se torna incapaz de ler os nomes próprios em voz alta, e isso vale para os prenomes, sobrenomes, nomes de cidades, de pessoas famosas, enfim, todos os nomes que integram o campo onomástico. E diferentemente do que ocorre com nomes comuns não há acessibilidade semântica via paralexias. O paciente se vê incapacitado de transformar o que é lido em uma saída pronunciável. Porém, no caso de um antropônimo, por

exemplo, um prenome, o paciente é capaz de reconhecer que se trata de um primeiro nome e qual é o gênero do portador nome. Porém, as relações paradigmáticas que permitiriam a associação semântica gerando o acesso através de uma paralexia é praticamente impossível, haja vista a extensão do paradigma. O recurso ao gênero não fornece uma rede suficiente limitada de associações que permitisse que uma substituição lexical fosse feita.

Por sua vez, sobrenomes geram uma maior capacidade de leitura através de paralexias, uma vez que muitos deles são homônimos de nomes comuns (*Pereira, Oliveira, Lobo, Costa, Coelho, Carneiro* etc.).

Esse estudo levou Bayer (1991, p. 59) a concluir que, quanto aos nomes próprios, o sistema semântico parece estar vazio.

No entanto, em contraste com o paciente de Semenza e Zettin (1988), o disléxico profundo foi capaz de especificar características genéricas como *pessoa, masculino, feminino, cidade* ou *país*. Com base nesse argumento, Bayer (1991, p. 64) enfatiza que a análise teórica dos nomes próprios deve reconhecer que, no caso de nomes próprios, existe algo como um sentido categórico lexical mínimo especificando nomes de pessoas, nomes de cidades, nomes de países e similares, nesse caso, sempre acessando termos de nível básico, por exemplo: *Amazonas/rio, Evereste/montanha, Tukson/carro*.

O fato de Semenza e Zettin (1988) não terem encontrado o significado categórico de nomes próprios em seu paciente se deve provavelmente à natureza do seu dano neurológico, uma vez que estudos com outros pacientes afásicos, com testes usando figuras de pessoas e lugares ou descrições, levaram ao acesso automático a termos/significados do nível básico.

O estudo de Bayer (1991) sobre dislexia profunda, assim como a investigação de Semenza e Zettin (1988) sobre afasia, revelou que o paciente ainda pode fazer certas associações com nomes que se referem principalmente a pessoas ou lugares conhecidos, por exemplo, ao ler nomes próprios como *Vietnã, Austrália, José, Veneza, Madona*, respostas como *não acredito em guerra, longe... cangurus, meu pai, já estivemos lá nas férias, gosto de música*, são respectivamente alguns exemplos de associações encontradas. Essas reações não são paralexias, mas são comentários que levam diretamente a um referente. Van Langendonk (2002, p. 113) chama essas respostas de significado associativo ligado ao referente.

O terceiro caso diz respeito a um estudo desenvolvido por Miceli *et all* (1998) em um paciente com lesão do lobo temporal esquerdo, devido a um traumatismo craniano. O paciente relatou que, depois de dois anos após trauma, a única queixa era acerca de uma grande dificuldade em acessar nomes de pessoas. Os nomes utilizados nos experimentos com esse paciente foram de personalidades históricas e celebridades contemporâneas. O paciente teve um desempenho significativamente menor aqui do que com substantivos comuns. Outros testes revelaram que isso se deveu à perda de conhecimento sobre as pessoas. Para Van Langendonk (2007, p. 113), isso significa que o significado associativo ligado ao referente pode constituir uma característica importante de nomes próprios, pelo menos em relação aos antropônimos, no entanto, isso não necessariamente implica que esse sentido associativo determina a referência do nome.

Seguindo as conclusões de Van Langendonk acerca dessas evidências neurolinguísticas disponibilizadas por esses estudos, podemos inferir que substantivos próprios de fato de não possuem significado lexical semelhante a dos substantivos comuns, lembrando as definições tomadas de Lyons e Mattoso Câmara Jr.

Os resultados também corroboram o caráter referencial dos nomes próprios, uma vez que é um substantivo que denota uma entidade única no nível da convenção linguística estabelecida para torná-lo psicossocialmente saliente dentro de uma dada categoria de nível básico (homens, mulheres, montanhas, rios, cidades, países). Acerca dos nomes próprios de pessoas, antropônimos, os estudos ressaltam a evidência de que a marca de gênero é relevante, pessoa do sexo masculino ou feminino foi uma categorização encontrada entre disléxicos profundos, já para os nomes próprios de lugar o gênero não parece ser uma informação relevante para sua categorização. Isso nos parece bastante óbvio uma vez que o gênero masculino e feminino é uma categorização central da espécie humana, enquanto que, nos topônimos, a incidência do gênero (nas línguas em que há) é uma categorização no nível da gramática e não inerente à natureza dos referentes.

Outra conclusão a que podemos chegar é a de que se confirma a existência de um significado associativo em nomes próprios, tanto do tipo fonético (*Verdi/Verde*), quanto do tipo referencial (*Vietnã/guerra*). Para Van Langendonk (2007, p. 115), existe uma diferença entre as associações do tipo referencial e as do tipo de nível básico (homem, mulher, cidade, país) e, para ele, isso deve a uma distinção entre dois tipos de memórias estabelecidas por Tulving (1972 *apud* Van Langendonk, 2007): 1) a memória

semântica, na qual se assentam as informações acerca dos nomes comuns e também os significados categóricos de nível básico, sendo essa de caráter atemporal e convencional, portanto compartilhada por outros falantes; e 2) a memória episódica, relacionada às experiências pessoais dos indivíduos, tendo, portanto, limites temporais em relação ao estoque de memórias de eventos. A memória episódica, sendo autobiográfica é, destarte, diferente de indivíduo para indivíduo, o nome *Renée* pode ser associado a *mãe* ou a *avó*, por um filho e por um neto respectivamente. Pode-se então dizer que essa associação referencial está relacionada ao uso da língua e ao contexto pragmático em que se dá a inserção dos nomes próprios. Assim, concordamos com Van Langendonk (2007, p. 116), quando diz que as associações que alguém pode fazer com um determinado nome próprio pertencem ao uso da língua, uma vez que diferem de uma situação de fala para outro. Assim, podemos concluir que todas as associações de um nome próprio, excetuando-se as categóricas e incluindo as fonológicas, pertencem à memória episódica.

Nesses estudos fica evidenciada a fundamental discrepância encontrada acerca do acesso a nomes comuns e nomes próprios em nossa memória, o que sugere fortemente que o significado categórico, que seria um tipo de significado compartilhado por ambos os tipos de substantivos (comuns e próprios ) não pode ser o significado que defina e baste para categorizarmos nomes próprios. Contudo, não se pode ignorar que de fato há certa aproximação no sentido de que ambos podem acessar a memória semântica, ainda que, no caso dos nomes próprios, esse acesso traga um tipo de informação de nível básico que não supre as necessidades comunicativas e operacionais desse tipo de substantivo no seu uso.

## **2 Antropônimos, esquemas e cognição**

Na seção anterior pudemos entender que substantivos comuns e substantivos próprios estão estocados em nossa mente de maneira distinta e que possuem diferentes rotas de acesso às memórias semântica e episódica.

Nesta seção, buscaremos mostrar que, apesar das diferenças entre substantivos comuns e próprios evidenciadas pelos estudos de casos de afasia que afetam particularmente os nomes próprios, também estão armazenados, na nossa memória, esquemas construcionais, que permitem a geração de novas palavras, e que esses

esquemas ou modelos de esquemas são compartilhados por ambos os grupos de substantivos. E tentaremos entender por que esses esquemas podem ser compartilhados.

Com base no que se sabe acerca da aquisição da linguagem, Booij (2012, p. 04, tradução nossa) afirma que “esquemas morfológicos são adquiridos com base em um conjunto de palavras complexas memorizadas, isto é, palavras complexas totalmente especificadas”. Assim, o falante do português primeiro adquire nomes individuais em *-ismo* como *socialismo*, *imperialismo*, *arcadismo* e, após uma exposição suficiente a um conjunto de palavras com semelhante formação, o esquema de nomes em *-ismo* pode ser apreendido, o que dará ao falante a capacidade de compreender e gerar novos nomes instanciados por esse esquema. O mesmo se dá com nomes próprios de pessoas, o falante do português primeiro adquire nomes individuais e, após uma exposição suficiente a um conjunto de palavras com semelhante formação, o esquema de nomes pode ser apreendido. Desse modo, após a incorporação de nomes como *Adalberto*, *Alberto*, *Roberto*, *Aguinaldo*, *Arnaldo*, *Geraldo*, *Edgar*, *Edmar*, *Edmundo* ao seu léxico antroponímico, os falantes do português brasileiro teriam generalizado esquemas que permitiram a construção de nomes próprios neológicos como *Rosiberto*, *Rosualdo*, *Edrose*<sup>4</sup>.

Esquemas construcionais podem ser descritos como capazes de especificar as informações previsíveis acerca das classes de itens lexicais complexos totalmente enquadrados no esquema, e especificar como novas palavras complexas podem ser cunhadas.

Esse modelo, adotado por Booij (2010, 2012, 2017) para o desenvolvimento do que designa de morfologia construcional (MC), leva em consideração o fato de que o conhecimento de esquemas morfológicos abstratos depende do conhecimento e armazenamento mental de um conjunto de palavras complexas que instanciam esses padrões. Assim, esquemas morfológicos não devem ser vistos como mecanismos formais para alcançar representações lexicais maximamente particularizadas (por exemplo, lexicalizações idiossincráticas). Em vez disso, têm duas outras funções: por um lado, motivam a existência de um conjunto relevante de palavras complexas e, por outro, preveem como esse conjunto pode ser estendido. A função motivadora de esquemas tem o efeito de reduzir o grau de arbitrariedade das relações forma-

---

<sup>4</sup> Esses nomes, embora pareçam exóticos e que, por isso, poderiam ter um caráter esporádico na língua, revelam na verdade esquemas bem produtivos de antropônimos com surgimentos nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil e que permanecem ativos até os dias atuais, segundo fontes do IBGE, censo 2010, Nomes no Brasil. <https://censo2010.ibge.gov.br/nomes/#/search>

significado no léxico. Desse modo, esquemas também estruturam o léxico em nossa memória.

Por exemplo, o esquema para o português de substantivos em *-ismo* define uma família de palavras que compartilham propriedades comuns, e, portanto, fornece uma estrutura parcial ao léxico da língua. Esquemas morfológicos, além de terem a função de especificar como novas palavras complexas podem ser formadas, reduzem a demanda de memória para armazenamento do léxico, uma vez que, como já foi dito, minimizam o grau de arbitrariedade no conjunto de correspondências entre forma e significado.

Tanto o léxico comum quanto o léxico próprio, em particular o antroponímico, fazem uso de esquemas construcionais. Estudos no âmbito da morfologia construcional têm sido abundantes no que se refere ao léxico comum, dando conta tanto de processos concatenativos de formação de palavras como: prefixação, sufixação, composição, quanto de processos não concatenativos como: truncamento, *blend*, *splinter*, analogia, trazendo a descrição de esquemas construcionais que permitem a geração de uma infinidade de palavras na língua portuguesa. Destaque-se o papel relevante da equipe de pesquisadores NEMP da UFRJ, capitaneado pelo pesquisador Carlos Alexandre Gonçalves, na produção desse conhecimento. Por sua vez, os estudos acerca dos esquemas construcionais que permitem a geração de novos antropônimos no Brasil têm caminhado a partir das nossas pesquisas realizadas no âmbito do PROHPOR da UFBA, em especial no subprograma de Morfologia e lexicologia histórica, que atualmente vem desenvolvendo o *Dicionário de nomes do Brasil*<sup>5</sup>.

Nos estudos da antroponímia no Brasil, nos deparamos com uma infinidade de prenomes de caráter inovador e, ao estudá-los, podemos perceber padrões construcionais que permitem a formação de muitos desses novos prenomes no país. Partindo do pressuposto de que esquemas construcionais são adquiridos através de generalizações sobre instanciações plenamente especificadas, como dito anteriormente, depreendemos, em relação aos antropônimos, que após a incorporação ao acervo lexical de nomes tradicionais como *Adalberto*, *Alberto*, *Roberto*, os falantes do português brasileiro teriam generalizado o seguinte esquema:

$$[[X_{FA} - bert_{OFA}]_{NP} \leftrightarrow [\text{nome de pessoa do sexo masculino associado a } X_{FA}]_{NP}]^6$$

---

<sup>5</sup> <http://dicionariodenomesdobrasil.com.br/index.php/links-uteis/>

<sup>6</sup> As siglas usadas nesses esquemas correspondem a: FA – formativo antroponímico; NP – nome próprio.

Assumimos, aqui, que foi a fixação desse esquema que permitiu a construção de nomes próprios neológicos, como *Diberto*, *Igoberto*, *Joseberto*, *Mariberto*, *Rosiberto*<sup>7</sup>, entre outros.

Algo muito semelhante ocorre com os nomes comuns, depois da aquisição de uma série de nomes com sufixo *-dor*, por exemplo,

$$[[X_{vi} -dor]S_j \leftrightarrow [Agente\ envolvido\ em\ SEM_{vi}]_j]$$

Observamos, contudo, que os esquemas se alçam a um nível de abstração em que a contraparte semântica será uma associação de nível básico. No caso dos prenomes teremos *pessoa do sexo masculino*. Também no caso dos esquemas sufixais, como o caso de *-dor*, pode-se dizer que a categoria *agente* também funciona como significado de nível básico, que por sua vez pode ser especificado em subesquemas *agente humano*, *agente objeto*, *agente beneficiário* etc., mas, mesmo nesses casos, ainda estamos falando de uma contraparte semântica de nível básico. Somente as instanciações de um esquema é que de fato assumirão a complexidade léxica que lhes possibilitará acionar associações de diferente natureza (semânticas, referenciais, fonéticas etc.), por isso são consideradas plenamente especificadas.

O paralelo entre o conjunto de esquemas construcionais acionados por nomes comuns e nomes próprios poderá ser mais bem compreendido a partir do conjunto de exemplos que trazemos a seguir, explorando, nesse caso, os processos genolexicais que incidem sobre substantivos comuns e próprios e como elementos de natureza morfológica desses dois conjuntos terminam por sofrer intercâmbios bastante produtivos, demonstrando que os esquemas construcionais de alguma forma estão a serviço de ambos.

Do ponto de vista dos processos de construção, substantivos neológicos apresentam significativa variedade de esquemas tanto de natureza concatenativa (utilizando elementos cujo estatuto morfológico já está convencionalizado na língua) quanto de natureza não concatenativa (utilizando formativos oriundos de partes de vocábulos – comuns ou próprios – que não são reconhecidos na língua como componentes morfêmicos).

---

<sup>7</sup> Todos os nomes citados foram encontrados em registros do IBGE



Para esse estudo, traremos um conjunto de exemplos de substantivos considerados neológicos<sup>8</sup>, no sentido de não estarem dicionarizados, tanto comuns<sup>9</sup> quanto próprios<sup>10</sup>, que ativam esquemas construcionais de diferentes naturezas morfológicas, concatenativos e não concatenativos.

Sobre os esquemas de natureza concatenativa, são recorrentes os de tipo composicional e derivacional e podem ser representados genericamente como:

- a) composição:  $[[X]_X [Y]_Y]_S$
- b) sufixação:  $[[X]_X Y]_Y$
- c) prefixação:  $[X [Y]_Y]_Y$

Nos esquemas *a*, *b* e *c* as variáveis X e Y representam sequências fonológicas, e os subscritos  $_X$  e  $_Y$ , categorias lexicais.

O esquema geral dos compostos, em *a*, representa a generalização de que na composição, etiquetagem lexical de seus constituintes pode ser variada, mas a instânciação resultante do processo sempre será um substantivo em português, o sobrescrito  $_S$ , incidente sobre o produto do esquema, informa esse estado da questão. Abaixo podemos ver alguns exemplos de neologismos comuns e próprios que foram construídos por esquema composicional:

- |                                      |                                   |                             |
|--------------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------|
| (1) $[[bolsa]_S [bandido]_S]_S$      | $[[pobre]_S [fobia]_S]_S$         | $[[bolsa]_S [larica]_S]_S$  |
| (2) $[[Brisa]_S [mar]_S]_{NP}$       | $[[Flor]_S [maria]_S]_{NP}$       | $[[Rosa]_S [luz]_S]_{NP}$   |
| (3) $[[Ana]_{FA} [célia]_{FA}]_{NP}$ | $[[Ana]_{FA} [amélia]_{FA}]_{NP}$ | $[[Ana]_{FA} [luz]_S]_{NP}$ |

Os exemplos acima elencados dão conta de que esquemas construcionais de natureza composicional são usados por ambos os tipos de substantivos, comuns e próprios. No caso, dos nomes próprios, há uma distinção entre os conjuntos vistos em (2) e (3), uma vez que no primeiro caso temos a composição de prenomes com uso exclusivo de substantivos do léxico comum; por seu turno, em (3) os compostos se utilizam tanto exclusivamente de elementos pertencentes ao léxico antroponímico (*Anacélia*, *Anamélia*), quanto podem fazer mescla de elementos do léxico comum com elementos do léxico próprio (*Analuz*). Vale dizer ainda que os nomes em (3)

<sup>8</sup> O termo neológico para antropônimos é bastante ineficaz, uma vez que, embora não estejam dicionarizados, nomes como *Anamália*, *Analice*, *Joilson*, *Graciane*, tem seus primeiros registros no Brasil nas décadas de 1930 e 1940 e continuam em uso no país. No entanto, para fazer um paralelo com os nomes comuns manteremos o uso do termo.

<sup>9</sup> Os exemplos de substantivos comuns neológicos foram coletados em memes e postagens no Facebook.

<sup>10</sup> Os exemplos de substantivos próprios (prenomes) inovadores foram coletados do *corpus* do projeto Dicionário de nomes do Brasil.

demonstram que tanto processos justapositivos (*Anacélia. Analuz*) quanto processos aglutinativos (*Anamélia*), descritos em manuais de morfologia lexical para nomes comuns, são também possibilitados pelos esquemas construcionais antroponímicos.

O esquema da prefixação também parece servir ao léxico comum e próprio, muito embora, no caso dos antropônimos, não se possa assumir que o elemento que ocupa regularmente a margem esquerda dos prenomes seja denominado de prefixo segundo os pressupostos da morfologia lexical tradicional. Os prefixos no léxico comum são em grande medida elementos de natureza lexical, inclusive sendo denominados por Mattoso Câmara Jr. (1997. p. 119) de “uma espécie de semantema subsidiário” que se posiciona à margem esquerda do semantema básico, ou seja, do radical, raiz ou tema. No caso dos nomes próprios não se pode pleitear a existência de um semantema, seja básico, seja subsidiário. O que se pode encarar como um processo prefixal na antroponímia diz respeito a elementos que ocupam sempre a margem esquerda das construções, ou seja, no esquema da prefixação: [X [Y]<sub>Y</sub>]<sub>Y</sub> equivaleriam ao elemento X. Observemos os exemplos a seguir:

- |   |  |  |
|---|--|--|
| (4) [Anti [qualificados] <sub>A</sub> ] <sub>A</sub>        | [Des [bolsonário] <sub>S</sub> ] <sub>S</sub>            | [Procto [jornalismo] <sub>S</sub> ] <sub>S</sub>           |
| (5) [[Ed] <sub>FA</sub> [van] <sub>FA</sub> ] <sub>NP</sub> | [[Ed] <sub>FA</sub> [jane] <sub>FA</sub> ] <sub>NP</sub> | [[Ed] <sub>FA</sub> [nilton] <sub>FA</sub> ] <sub>NP</sub> |
| (6) [[Ad] <sub>FA</sub> [van] <sub>FA</sub> ] <sub>NP</sub> | [[Ad] <sub>FA</sub> [lane] <sub>FA</sub> ] <sub>NP</sub> | [[Ad] <sub>FA</sub> [milson] <sub>FA</sub> ] <sub>NP</sub> |
| (7) [[Il] <sub>FA</sub> [van] <sub>FA</sub> ] <sub>NP</sub> | [[Il] <sub>FA</sub> [nara] <sub>FA</sub> ] <sub>NP</sub> | [[Il] <sub>FA</sub> [vando] <sub>FA</sub> ] <sub>NP</sub>  |

Em (4) encontramos três prefixos do léxico comum sendo empregados em construções inovadoras e que, por sua vez, não levam nenhum tipo de etiqueta morfossintática, já que o produto, quase sempre, será determinado pela categoria gramatical da base (semantema básico). Já nos casos em (5), (6) e (7), optamos por etiquetar os elementos da construção com índice <sub>FA</sub> (formativo antroponímico), já que nesses casos, os formativos são depreendidos do próprio léxico onomástico pessoal, sendo, portanto, habilitados a integrar um esquema construcional cujo produto será sempre um nome próprio de pessoa.

Os elementos da margem esquerda na construção antroponímica podem gerar nomes de pessoas do sexo masculino (*Edmilton, Admilson, Ilvando*), do sexo feminino (*Edjane, Adlane, Ilnara*) ou ainda de gênero<sup>11</sup> indefinido (*Edvan, Advan, Ilvan*). Isso se

<sup>11</sup> É de longa data que os termos *gênero* e *sexo* suscitam debates acerca de sua aplicação nos estudos linguísticos. Quando se trata de nomes de pessoas e, portanto, seres sexuados, esse problema poderia

deve ao fato, por nós observado, de que, em português, é o elemento da margem mais à direita que carregará a incumbência de oferecer alguma informação sobre o gênero do nome, demonstrando certa similaridade com os elementos sufixais do léxico comum que também possuem, em geral, esse atributo.

Os formativos antroponímicos da margem esquerda que, portanto, se encaixam no esquema da prefixação em português, podem ser associados tanto a formativos antroponímicos parcialmente presos (*-van, -nara, -lane, -milson*) ou a antropônimos plenos (*Jane, Nilton, Vando*). O que estamos chamando de parcialmente presos são aqueles formativos que podem ocorrer como formas livres, na condição de hipocorísticos, tendo presença registrada nos dados do IBGE, mas sempre como uma frequência inferior à sua incorporação em esquemas construcionais antroponímicos na margem direita.

Assim os esquemas de sufixação parecem ser de extrema relevância para a formação do léxico antroponímico, pois como dissemos acima, na maioria dos casos, são eles que irão comportar a categorização de gênero. No caso do léxico comum, para além do gênero os sufixos costumam comportar a informação de natureza morfossintática, enquadrando as instanciações em uma dada classe gramatical. Também podemos dizer que os formativos antroponímicos da margem direita ao se circunscreverem ao léxico onomástico pessoal também carregam essa etiqueta morfossintática. O esquema da sufixação  $[[X]_X Y]_Y$  apresentado por Booij (2010), traz o sufixo Y sem indexação morfossintática uma vez que a teoria é baseada em palavras e não morfemas, contudo, fica claro que a indexação do produto está intimamente relacionada à natureza morfossemântica do sufixo. Os exemplos abaixo elucidarão mais a questão.

---

parecer simples de resolver. Contudo, em face da nossa realidade sociocultural, não podemos assumir que é uma questão biológica e, prontamente, adotarmos a dicotomia sexo masculino e sexo feminino. Para se ter uma ideia, o IBGE aponta que existem 2.117 pessoas do sexo masculino registradas sob o nome de *Juliana*, em oposição à 562.598 pessoas do sexo feminino, sendo esse o 29º. nome mais popular no Brasil, considerando-se homens e mulheres, e o 6º., considerando-se apenas as mulheres. Não se sabe, por exemplo, quantos desses 2.117 registros se tratam de fato de casos de nomes sociais associados à identidade de gênero e quantos se refere a pessoas do gênero/sexo masculino que possuem esse nome, ou ainda quantos podem ser decorrentes de um erro de registro na coleta dos dados do censo. Em suma, a questão é complexa e ainda estamos debatendo como abordar a questão de forma mais eficiente em nossos dados, por hora, faremos uso variado dos termos sexo e gênero considerando a pertinência de cada caso nesse texto.

(8) [[broxa] <sub>A</sub> ento] <sub>A</sub>	[[chinelo] <sub>S</sub> agem] <sub>S</sub>	[[felina] <sub>A</sub> ista] <sub>S</sub>
(9) [[falso] <sub>A</sub> iane] <sub>A</sub>	[[Chato] <sub>A</sub> iane] <sub>A</sub>	[[sonsó] <sub>A</sub> iane] <sub>A</sub>
(10) [[bosta] <sub>S</sub> ildo] <sub>S</sub>	[[cornó] <sub>A</sub> ildo] <sub>S</sub>	[[Alieno] ildo] <sub>S</sub>
(11) [[Cleide] <sub>FA</sub> ane] <sub>NP</sub>	[[Graci] <sub>FA</sub> ane] <sub>NP</sub>	[[Juci] <sub>FA</sub> ane] <sub>NP</sub>
(12) [[Eden] <sub>FA</sub> ildo] <sub>NP</sub>	[[Vande] <sub>FA</sub> ildo] <sub>NP</sub>	[[Mari] <sub>FA</sub> ildo] <sub>NP</sub>
(13) [[Juli] <sub>FA</sub> mar] <sub>NP</sub>	[[Luci] <sub>FA</sub> mar] <sub>NP</sub>	[[Eleo] <sub>FA</sub> mar] <sub>NP</sub>

Nos conjunto de dados acima, podemos verificar algumas informações relevantes. Primeiro que, nas construções de nomes comuns (8), (9) e (10), a última vogal, chamada temática ou atualizadora do léxico, será destacada da lexia para o encaixe fonológico do sufixo. No caso dos nomes próprios o formativo antroponímico pode sofrer algum tipo de acomodação fônica (*Vando* > *Vande*), mas não há regularidade inerente ao processo.

Em (9) e (10), observamos um processo de grande relevância para o estudo dos esquemas construcionais de nomes próprios e comuns, pois, nesses dois casos, temos um formativo de natureza antroponímica sendo usado para a construção de nomes comuns, demonstrando que o léxico próprio e comum compartilham além de modelos esquemáticos, os elementos formativos que podem migrar de um tipo de léxico ao outro.

Quanto ao gênero, podemos afirmar que a maior parte dos formativos da margem direita são categorizadores nesse aspecto; pacientes falantes do português brasileiro com afasias relacionadas a nomes próprios, provavelmente, não teriam dificuldade de reconhecer que, em (11), se tratam de pessoas do sexo feminino e que em (12) pessoas do sexo masculino. Já em (13), seria interessante observar se o formativo da margem esquerda pode influenciar nesse tipo de categorização, por exemplo, *Josemar* seria lido como nome masculino enquanto *Julimar* seria feminino? São perguntas a serem levantadas pelos neurolinguistas.

Dentre os processos identificados como não concatenativos, aquele que é mais comumente abordado nos manuais de morfologia é a hipocorização, que se refere ao processo em que se reduz o nome por perda fônica (aféreses, síncope, apócope) ou, ainda, por reduplicação de sílabas tônicas ou átonas do nome. De acordo com Gonçalves (2006, p. 8), é um processo morfológico pelo qual “[...] antropônimos são encurtados afetivamente, resultando numa forma diminuta que mantém identidade com o prenome ou com o sobrenome original”. Muitos prenomes neológicos no Brasil têm

surgido desse processo, por exemplo: *Cacá, Cau, Dedé, Ed, Fafá, Mari, Nina, Titi, Zé, Zezé* etc. Nesse caso, os substantivos comuns que sofrem processo semelhante são designados de truncamentos ou clippings, do tipo *refri (refrigerante), delega (delegado), cerva (cerveja), moto (motorista)*, entre outros. Porém, no caso dos nomes próprios parece haver maior liberdade no processo de redução do nome; a reduplicação, por exemplo, não aparece como uma opção morfológica frequente entre nomes comuns.

Outro processo não concatenativo bastante produtivo em português, tanto para nomes comuns quanto próprios, é o cruzamento vocabular, também identificado como palavras-valise (ALVES, 1990) e *blends* (FENDRYCH, 2008). Embora surjam da fusão de duas palavras-matrizes e, por esse motivo, podem se parecer com processos de composição por aglutinação, os cruzamentos vocabulares possuem alguns aspectos importantes que os diferenciam da composição. Em primeiro lugar, as aglutinações em compostos parecem ser processos que decorrem de erosão fônica de palavras justapostas ao longo do tempo, sendo, portanto, fruto de uma evolução histórica. Já os casos dos cruzamentos vocabulares parecem decorrer da imediata alteração no corpo fônico dos vocábulos envolvidos na formação.

Em segundo lugar, os cruzamentos vocabulares, sobretudo no caso dos antropônimos, possuem muito menos transparência do que os compostos. Comparemos, então, os casos de composição: *Anajulia, Rosaflor, Luzmaria, Maraclara* e *Analuz* com os cruzamentos vocabulares: *Adilan, Edívia, Julícia, Orlângela, Valdilane*. Nesses últimos exemplos, caso não tenhamos o relato dos criadores dos nomes, não é possível ter certeza de quais nomes estão implicados na combinação, de modo que podemos apenas supor.

O esquema construcional dos cruzamentos vocabulares pode ser semelhante ao da composição em nomes comuns, mas terá de incorporar um aspecto formal que evidencie as perdas ou junções fônicas decorrentes do processo. Assim, nos exemplos a seguir, tentaremos descrever como se dá a construção nesse tipo de processo, usando o sobrescrito para marcar os elementos fônicos descartados ou que se sobrepõem nas instanciações.

- |   |   |
|---|---|
| (14) [[fa <sup>mília</sup> ] <sub>S</sub> [milícia] <sub>S</sub> ] <sub>S</sub>                   | [[patri <sup>ota</sup> ] <sub>A</sub> [otário] <sub>A</sub> ] <sub>A</sub>              |
| [[agro] <sub>S</sub> [ <sup>abo</sup> brinha] <sub>S</sub> ] <sub>S</sub>                         | [[palhaç <sup>o</sup> ] <sub>S</sub> [ <sup>pass</sup> ata] <sub>S</sub> ] <sub>S</sub> |
| (15) [[estelionat <sup>o</sup> ] <sub>S</sub> [ <sup>Nat</sup> ália] <sub>NP</sub> ] <sub>A</sub> | [[anivers <sup>ário</sup> ] <sub>S</sub> [Elisa] <sub>NP</sub> ] <sub>S</sub>           |
| [[maconh <sup>a</sup> ] <sub>S</sub> [ <sup>Manu</sup> ela] <sub>NP</sub> ] <sub>S</sub>          | [[pai] <sub>S</sub> [ <sup>Su</sup> plicity] <sub>NP</sub> ] <sub>S</sub>               |

- (16) [[Corinthi<sup>ans</sup>]<sub>FA</sub> [Enzo]<sub>FA</sub>]<sub>NP</sub>                      [[Juli<sup>ana</sup>]<sub>FA</sub> [Leticia]<sub>FA</sub>]<sub>NP</sub>  
           [[Orlan<sup>do</sup>]<sub>FA</sub> [Ângela]<sub>FA</sub>]<sub>NP</sub>                      [[Suzan<sup>a</sup>]<sub>FA</sub> [Sandro]<sub>FA</sub>]<sub>NP</sub>

Os cruzamentos vocabulares acima demonstram que é comum que os itens lexicais que se combinam possuam certa similaridade fônica e, nesses casos, será nesse ponto em que se dará a quebra não-morfêmica do vocábulo; *família*, *patriotário*, *estelionatália*, *Orlângela*, *Suzandro* são exemplos desse fenômeno. Mas, como se pode ver, não existe condicionamento fonológico obrigatório para os cruzamentos vocabulares já que em muitos deles os vocábulos que se unem no esquema não possuem qualquer similaridade fonética.

Em (14) podemos ver que o esquema atua sobre nomes comuns; em (15) forma nomes comuns com elementos do léxico próprio e comum; em (16) se formam nomes próprios a partir de outros nomes próprios. No levantamento de nomes neológicos no Facebook esse foi o segundo processo mais produtivo<sup>12</sup>, gerando inclusive topônimos como *Sobradisney* (*Sobradinho-DF* e *Disney*).

Há, certamente, um número muito maior de cruzamentos vocabulares no sistema antroponímico do português brasileiro, haja vista que a fusão de dois nomes de parentesco ou de figuras de homenagem é um processo construcional reconhecido como recorrente entre prenomes no Brasil. Contudo, esses casos são muitas vezes opacos quanto aos seus nomes geradores, por exemplo, *Francitônia*, que nos parece ser um caso de cruzamento vocabular, seria uma fusão de *Antônia* com que outro nome: *Francisco*, *Francisca*, *Francine*, *Francélio*, *Franclidean* ou com qualquer outro nome que comporte o formativo *Franci-*? Na falta de informação sobre os nomes originários, a única evidência linguística é o formativo que, em muitos casos, se comporta como um *splinter* já que é capaz de dar instanciar uma série de prenomes.

<sup>12</sup> Em um mês de pesquisa no Facebook foram encontrados muitos exemplos de cruzamentos vocabulares envolvendo apenas nomes comuns, como: *familiciana* (*família* + *miliciana*); *cintaralho* (*cinta* + *caralho*); *fabulasticamente* (*fabuloso* + *fantasticamente*); *coxotários* (*coxinha* + *otários*); *fakeada* (*fake* + *facada*); *presifake* (*presidente* + *fake*); *cornupto* (*corn* + *corrupto*); *fakeriado* (*fake* + *feriado*); *vagaranha* (*vagabunda* + *piranha*); *ambulancha* (*ambulância* + *lancha*); *idoloinha* (*ideologia* + *lojinha*); *diprimata* (*diplomata* + *primata*); *chorrindo* (*chorando* + *rindo*); envolvendo nomes comuns e próprios: *chattoso* (*chato* + *Mattoso*); *inflávio* (*inflável* + *Flávio*); *Olavasno* (*Olavo* + *asno*); *Micheque* (*Michele* + *cheque*); *Michele Recebichek* (*receber* + *cheque*); *Bostanaro* (*bosta* + *Bolsonaro*); *Boçalnaro* (*boçal* + *Bolsonaro*); *Bolsuíno* (*Bolsonaro* + *suíno*); *Sobransheila* (*sobrancelha* + *Sheila* – nome de uma salão de beleza); *Prezão* (*preso* + *Pezão*); e envolvendo apenas nomes próprios: *Bolsoline* (*Bolsonaro* + *Mussoline*); *Jairzabel* (*Jair* + *Izabel*).

Os *splinters* têm sido formativos bastante atuantes nos processos de formação de antropônimos no Brasil. *Splinter* designa o fenômeno que consiste em tomar partes de palavras (não identificadas como morfemas) para, a partir delas, formar outras palavras. Nas palavras de Lehrer (1998), *splinter* é um pedaço, não necessariamente morfêmico, tomado de uma forma modelo, que aparece em novas construções lexicais como, por exemplo, *-gate* (*Watergate, irangate* etc.) e *-thon* (*marathon, bikathon* etc.).

Gonçalves (2016) trata os *splinters* como novos formativos que surgem na língua, categorizando-os, com base em Szymanek (2005), como afixos que, por si só, se estabelecem nas línguas, pois os falantes começam a percebê-los como tal a partir de um grupo de palavras existentes (nativas ou estrangeiras).

Os *splinters* podem advir de processos de truncamento ou de cruzamento vocabular. Para tanto, basta que o formativo em questão assuma tal capacidade produtiva na língua de modo que passe a ser reconhecido como um constituinte morfológico e a ser utilizado para a instanciação de uma série de itens lexicais. Atualmente, no Facebook, o *splinter* de maior produtividade é *bolso-*, proveniente do sobrenome do presidente eleito nas últimas eleições, *Bolsonaro*.

O esquema  $[[\text{bolso}]_{\text{FA}} \text{X}]_{\text{Y}}$  tem gerado um sem número de neologismos, como:

Quadro 1 – Exemplos de *splinter*  $[[\text{bolso}]_{\text{FA}} \text{X}]_{\text{Y}}$

<i>Bolsominion</i>	<i>Bolsocoiso</i>	<i>Bolsomico</i>
<i>Bolsoshake</i>	<i>Bolsolúcifer</i>	<i>Bolsomerda</i>
<i>Bolsogate</i>	<i>Bolsogatas</i>	<i>Bolsokids</i>
<i>Bolsotralha</i>	<i>Bolsomiau</i>	<i>Bolsolândia</i>
<i>Bolsovômito</i>	<i>Bolsoburro</i>	<i>Bolsolão</i>
<i>Bolsocheio</i>	<i>Bolsomitose</i>	<i>Bolsolteiros</i>
<i>Bolsofilho</i>	<i>Bolsomacanha</i>	<i>Bolsolixo</i>
<i>Bolsorabo</i>	<i>Bolsotários</i>	<i>Bolsoanta</i>

A formação de *splinters* é, portanto, um fenômeno recorrente no léxico comum da língua portuguesa e não há motivos para que imaginemos que ele não possa ocorrer também no léxico onomástico. Em Soledade e Simões Neto (2018), artigo que investiga as construções *X-son* do ponto de vista sócio-histórico, morfológico e construcional no português brasileiro, os autores demonstram, com base nos dados do IBGE, que antes mesmo que o esquema construcional para antropônimos com o formativo *-son* ganhasse

produtividade entre os nomes neológicos no Brasil, os *splinters -ilson ~ -elson*, destacados dos nomes/modelos *Nilson* e *Nelson*, já encontravam grande repercussão na neologia antroponímica brasileira, por exemplo: *Adilson, Deilson, Joilson* etc.

Assim sendo, podemos observar alguns esquemas em que atuam *splinters* tanto no léxico comum como no próprio:

- (17) [X [-nazi]]<sub>S</sub> : *feminazi, coisonazi, bolsonazi, memenazi, machonazi, illuminazi*
- (18) [[Fraci-]<sub>FA</sub> X]<sub>NP</sub> : *Francitonia, Francivaldo, Francileide, Francineide, Francinaldo*
- (19) [X [-erson]<sub>FA</sub>]<sub>NP</sub> : *Deverson, Djanderson, Joerson, Cleverson, Talerson, Maerson*

Em (17), temos o *splinter -nazi* retirado de *nazista, nazismo*, é interessante observar que nesse caso o formativo ocupa a posição à margem direita do nomes, produzindo substantivos, de ambos os gêneros: *a feminazi, o memenazi*; por sua vez, esses nomes também podem flutuar para a categoria de modificadores, podendo ser precedidos de intensificadores: *ela é muito feminazi, ele é bem bolsonazi*.

Em (18) e (19) temos exemplos de *splinters* que estão disponíveis no português brasileiro para a instanciação de nomes próprios de pessoa. No caso de *Fraci-*, por se tratar de um elemento da margem esquerda observamos que forma nomes tanto masculinos (*Francivaldo*) quanto femininos (*Francineide*), sendo o elemento da margem direita o responsável por essa marca categorial. Já *-erson* comporta a marca de gênero masculino, ao se deparar com o nome *Cleidierson*, o falante de português brasileiro que nunca tenha ouvido esse substantivo na vida poderá deduzir, contudo, que se trata de nome de pessoa do sexo masculino.

Com esse conjunto de exemplos de processos genolexicais que atuam sobre nomes comuns e próprios, pretendemos ter demonstrado que os esquemas oferecem ao léxico da língua portuguesa uma estrutura organizacional de natureza procedimental. Os esquemas são generalizações acerca de um conjunto de instancicações e, uma vez feitas as generalizações, os esquemas passam a ser armazenado na memória de longo prazo, especificamente, na memória procedimental, “um sistema de execução, implicado na aprendizagem de tipos distintos de habilidades que não estão representadas como informação explícita sobre o mundo.” (IZQUERDO, 2004, p. 21). Isso não significa, contudo, que os esquemas não possam sofrer alterações ao longo do tempo (de vida do sujeito ou de funcionamento de uma língua), uma vez que memórias procedimentais podem ser alteradas por experiências, nesse caso linguísticas, através da sua interação com novas informações através da memória de trabalho.



## Algumas considerações finais

Segundo Cartier (2018), os nomes próprios constituem a categoria mais aberta de todas as categorias do léxico. No Brasil, segundo dados do IBGE, com base no censo de 2010, existem cerca de 130 mil nomes diferentes registrados no Brasil, incluindo, nesse número, as variantes gráficas de um mesmo nome. Acreditamos, com base nos estimativas que temos feito para a elaboração do *Dicionário de nomes do Brasil*, que o número de nomes inovadores (não registrados nem por Nascentes (1952), nem por Machado (1981), nem na Bíblia) beiram aos 50 mil, cerca de 40%, sendo muitos deles registrados pela primeira vez no Brasil em 1930 e 1940 e em uso até os dias atuais. Vejamos o caso de *Joseane* cujos primeiros registros encontrados pelo Censo do IBGE datam da década de 1940. Desse período até 2010, foram registradas 66.096 pessoas com o nome *Joseane*, com presença do nome em todas as décadas. Isso quer dizer que o esquema [X [ane]<sub>FA</sub>]<sub>NP</sub> está sendo usado por falantes dos português brasileiro desde de muitas décadas atrás para criar nomes como: *Carlane, Claudiane, Clediane, Cleusane, Ediane, Enziane, Evane, Flaviane, Franciane, Graciane, Josane, Joseane, Josiane, Juciane, Kariane, Leidiane, Luzane, Luziane, Natiane, Rosane, Roseane*. Um esquema com enorme entranhamento (Cf. *entrenchment*, BYBEE, 1995) no léxico do português permite que ele seja não só frequentemente usado e, portanto, ativado em nossa memória, mas que ele esteja propenso a extensões de sentido (polissemia) e/ou variados empregos, daí terem surgidos os *falsianes, sonsianes, chatianes* da vida.

Se por um lado, evidências neurológicas apontam para o fato de que nomes comuns e próprios são armazenados no cérebro em áreas específicas e distintas, os dados aqui apresentados revelam que esses dois conjuntos compartilham redes esquemáticas de construção que permitem a inovação lexical. Isso nos indica que temos, de um lado, substantivos comuns e, de outro, substantivos próprios que traçam diferentes rotas para acessar os sentidos e conhecimento de mundo associado a esses nomes, mas que acessam, pela mesma rota, os esquemas construcionais de formação de palavras.

Isso evidencia que o caráter genérico e mais abstrato dos esquemas lhes coloca em uma posição particular na organização hierárquica do léxico, uma vez que eles podem ser acessados por ambos os conjuntos de nomes.

Em relação à questão do significado, pode-se dizer que, do ponto de vista de sua inserção no léxico mental, os nomes próprios são de fatos etiquetas cujos rótulos

implicam em informações de natureza categorial: nome próprio, nome de pessoa, gênero feminino ou masculino. Os substantivos comuns também são etiquetados mais ou menos nesses termos: nome comum, nome de coisa, gênero feminino ou masculino. A diferença quanto aos sentidos mais amplos dos substantivos é que enquanto os nomes comuns possuem a rede de sentidos armazenada na memória dita semântica, os nomes próprios tem sua teia de significação armazenada na memória episódica, fazendo com que a extensão das possíveis associações a um nome seja praticamente ilimitada, pois se relaciona às experiências e vivências de um dado indivíduo com o referente, ou seja, um sujeito chamado *Joseane* (por exemplo).

Assim, se um falante de português brasileiro se depara com o nome *Riobaldo*, ele provavelmente não terá dificuldade de identificar que se trata de um nome próprio de pessoa de gênero masculino. Mas se for um leitor de *Grande Sertão: veredas*, de João Guimarães Rosa, será capaz de dizer muito mais acerca desse nome, por exemplo que é o personagem narrador, que foi um jagunço, que abordava muitas questões existenciais, que viveu um amor conflituoso com *Diadorim/Reinaldo*, que também era chamado de *Tatarana* ou *Urutu-Branco*, entre muitas outras informações que possa ter retido através da experiência de leitura do livro.

Quando o nome é acionado no discurso, o significado indicado é projetado como um conceito na consciência do ouvinte. Assim, um nome não representa, por exemplo, um *copo*, mas uma quantidade de informação sobre *copos*. A diferença essencial entre nomes próprios e os nomes comuns, então, é que um substantivo comum é um formulário que indica uma classe de mais de um elemento, ou seja, enquanto um nome próprio indica uma classe de um elemento. Porém do ponto de vista discursivo pragmático, nenhuma distinção pode ser feita entre características semânticas/categorias e conhecimento de mundo. No caso de nomes próprios, essa visão leva inevitavelmente à tese da máxima significância: o significado dos nomes próprios parece ser (quase) infinito. Esta é tese se defendida por Hansack (2004) em uma abordagem cognitivista e na qual acreditamos.

Por fim, vale lembrar que os nomes próprios de pessoa, no uso, encontram grande semelhança em relação aos nomes comuns. Em termos sintáticos, substantivos próprios e comuns podem funcionar como núcleo do sintagma nominal, isso significa poder participar do discurso nos mesmos tipos de construções sintáticas, ocupando as mesmas posições.

Contudo, não podemos deixar de reconhecer que os usos mais frequentes do nome próprio estão em construções em que se insere no papel de vocativos, talvez esse seja o ponto decisivo para definir essa como a sua função mais prototípica. Para verificar isso, basta que observemos em um período de um dia quantas vezes não interpelamos alguém para que reaja a algo que dissermos: *João, vem tomar banho! Hércules, você pode fechar a porta?*. Isso não quer dizer que substantivos comuns não possam ser usado como vocativo e não só eles, também os adjetivos e os pronomes substantivos se comportam muito bem às construções com uso de vocativo. Mas o fato de nomes próprios se prestarem a essa função interpelativa, de forma muito mais frequente que em outras funções, demonstra o quanto esses tipos de substantivos estão arraigados ao referente em nossa experiência cotidiana. No uso interpelativo do nome próprio, existe um referente dos mais prototípicos, uma vez que é presencial na ação discursiva e isso permite que o indivíduo construa um conhecimento de mundo sobre o sujeito com quem interage, gerando associações referenciais àquela nome em— seu cérebro. Porém, se alguém pergunta:  *você conhece Priscila?* E a resposta é *Não!* E se nada mais é dito sobre *Priscila*, esse nome será entendido apenas como uma pessoa do sexo feminino. Pode-se até lembrar de alguma *Priscila* de que se tenha ouvido falar, mas o referente exato explicitado na pergunta não será acessado em sua mente. Nesse caso, a única informação nova que se pode reter acerca do referente é a de que *a pessoa que perguntou conhece uma Priscila*, e essa informação só será retida na memória de longo prazo se gerar algum tipo de interesse ou emotividade. Por sua vez, se a resposta for *Sim!*, ambos os interlocutores acionarão um conjunto de informações acerca de *Priscila* que estão retidas em sua memória episódica.

Enfim, tentar compreender como se comportam os nomes próprios no discurso e na mente humana pode elucidar muitas questões sobre o funcionamento da língua e o convite a essa reflexão tem sido cada vez mais aceito entre linguistas, psicolinguistas e neurocientistas. É um campo de investigação muito fértil que não deverá mais ser relegado a um segundo plano.

## **REFERÊNCIAS**

ALVES, Ieda Maria. *Neologismo: criação lexical*. São Paulo: Ática, 1990.

BAYER, Joseph. Representatie van algemene namen en eigennamen in het mentale lexicon: neurolinguistische evidentie [Representation of common nouns and proper names in the mental lexicon: neurolinguistic evidence]. *Tabu* 21 (2): 53--66. 1991

BOOIJ, Geert. *Construction Morphology*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

BOOIJ, Geert. Morphology in Construction Grammar. In: HOFFMANN, Thomas, GRAEME, Trousdale. *The Oxford Handbook of Construction Grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

BOOIJ, Geert. Inheritance and motivation in Construction Morphology. In GISBORNE, Nikolas; HIPPISEY, Andrew (Ed). *Defaults in morphological theory*. Oxford: Oxford University Press, 2017. p. 18-39.

BRASIL, IBGE. *Nomes no Brasil*. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/nomes/#/search>. Acesso mar 2019.

BROWN, D.E. *Human Universals*. New York: McGraw-Hill, 1991.

BYBEE, Joan L. Regular morphology and the lexicon. *Language and Cognitive Processes*, v. 10, p. 425–55, 1995.

CÂMARA JR., J. Mattoso. *Problemas de linguística descritiva*. Petrópolis: Vozes, 1997.

CARVALHINHOS, Patrícia. Aplicações da teoria dos signos na Onomástica. *Língua e Literatura*, n. 27, p. 301-311, 2001.

CARVALHINHOS, P. J.; A. NTUNES, A.M. Princípios teóricos de toponímia e antroponímia. O nome próprio. In: Cadernos do CNLF, Rio de Janeiro, CiFEFil, ;007, v.XI, p.108, 2003.

CARTIER (Emmanuel). Noms propres et innovations lexicales. Étude linguistique et statistique à partir de Néoveille. In: *Cahiers de lexicologie, Néologie et noms propres*, n° 113, 2018, p. 203-224.

FENDRYCH, Ingrid. 2008. Submorphemic elements in the formation of acronyms, blends and clippings. In: *Lexis: E-Journal in English Lexicology*: 103–121. Lyon. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/lexis/713#tocfrom1n1>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. Usos morfológicos: os processos marginais de formação de palavras em português. *Gragoatá*, v. 21, p. 219–242, 2006.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. *Atuais tendências em formação de palavras*. São Paulo: Contexto, 2016.

HOCKET, Charles. *A Course in Modern Linguistics*. New York, 1958.

IZQUIERDO, Iván, *Questões sobre Memória*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004

- JACKENDOFF, Ray. *The architecture of the language faculty*. Cambridge: MIT Press, 1997.
- LANGACKER, Ronald W. *Foundations of Cognitive Grammar*, theoretical prerequisites. v. 2, Stanford: Stanford University Press, 1991.
- LEHRER, Adrienne. Prefix in English word formation. In: *Folia Linguistica*, xxix /1-2, [S.l.], p. 133-148, 1998.
- LYONS, John. *Introdução à linguística teórica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- MACHADO, José Pedro. *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. 3 v. Lisboa: Horizonte/Confluência, 1981.
- MICELI, G., A. *et all*. Selective conceptual deficit for people's names: an impairment of domain-specific knowledge. *Brain and Language* 65: 112-115, 1998
- MILL, J. Stuart. *A system of logic, ratiocinative and inductive*. New York: Harper Brothers Publishers, 1846.
- NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico da língua portuguesa – Tomo II*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1952.
- PERINI, Mário. *Gramática descritiva do português*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- RODRIGUES, Leticia Santos. *Neologismos antroponímicos com base na utilização de formativos germânicos no Brasil*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- SIMÕES NETO, N. A.; SOLEDADE, J. . Nomes masculinos X-son na antroponímia brasileira: uma abordagem morfológica, histórica e construcional. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 26, p. 1295-1350, 2018.
- SEMENZA, Carlo; ZETTIN, Marina. Generating proper names: a case of selective inability. *Cognitive Neuropsychology* 5: p. 711-721, 1988.
- SZYMANEK, Bogdan. The latest trends in English word-formation. In: ŠTEKAUER, P., LIEBER, R. (eds.). *The handbook of word-formation*, Netherlands: Springer, p. 429–448, 2005.
- ULLMANN, Stephen. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.
- VAN LANGENDONK, Willy. *Theory and Typology of Proper Names*. Berlin/ New York, Mouton de Gruyter, 2007